



Nº 07 - 06/04/2016

**ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE
DOIS MIL E DEZASSEIS DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, DO
MANDATO 2013/2017, REALIZADA NO DIA
SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

Aos seis dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a sétima reunião de dois mil e dezasseis da referida Câmara, do mandato dois mil e treze a dois mil e dezassete, estando presente Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, Presidente da Câmara Municipal e os senhores Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Correia Bajuca Tomás Catarro, Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmem de Jesus Geraldo Carvalheira, comigo, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica. Ausente desta reunião esteve o Senhor Vereador João Miguel Amaro Marques, por motivo de férias, falta que foi considerada justificada.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, previamente apresentada pela senhora Presidente:

1. AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

A) Processos de Licenciamento, Requerimentos e Diversos

2. APOIO OPERACIONAL, OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) Empreitada de “Pista de Atletismo – Parque Desportivo Municipal – 2ª Fase” – Revisão de Preços Provisória

3. SÓCIO CULTURAL

- A) Proposta de atribuição de subsídio/alunos carenciados – Centro Lúdico Escolar “Saber Crescer” – Setembro a Dezembro de 2015
- B) Proposta de atribuição de subsídio/alunos carenciados – Centro Lúdico das Silveiras – Setembro a Dezembro de 2015
- C) Proposta de Pagamento de Transportes Escolares – Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre – 1º período/Ano letivo 2015/16
- D) Proposta de atribuição de subsídio – Associação Cultural Theatron – Apoio para Oficina de Teatro nas Freguesias – Foros de Vale de Figueira, S. Cristóvão e Cíborro

4. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) Fornecimento contínuo de gasóleo a granel – Abertura de Procedimento

5. PROPOSTA DE MOÇÃO PELA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL PÚBLICO DE ÉVORA

6. PROPOSTAS DE ATAS Nº01 DE 13/01/2016, Nº02 DE 27/01/2016, Nº 03 DE 11/02/2016

7. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIES

Período de Antes da Ordem do Dia

Handwritten signature: J. Cardoso

Congresso AMALENTEJO

Na abertura do período de antes da ordem do dia interveio, em primeiro lugar, a Senhora Presidente para dar conhecimento ao executivo que decorreu no passado dia 2 de abril, no Centro de Congressos de Troia, o Congresso do AMALENTEJO com o lema "*Mais Poder Local - Mais Democracia - Melhor Alentejo*", no qual o Município de Montemor-o-Novo esteve representado. Neste Congresso, amplamente participado, foi aprovada a Declaração de Tróia onde é afirmada a necessidade da criação da Comunidade Regional do Alentejo e mandatada a Comissão Promotora de AMALENTEJO para apresentar na Assembleia da República um Projeto de Lei de iniciativa popular que crie a Comunidade Regional do Alentejo, que se transcreve:

"Considerando que:

- 1. o imperativo da modernização administrativa é indissociável da descentralização do Estado, num quadro de fortalecimento da unidade e coesão nacionais e do reforço da confiança dos cidadãos na administração pública, preocupações acauteladas há quatro décadas, por várias vezes reconfirmadas, quando na Constituição da República foi consignado o Poder Local Democrático, consubstanciado nas freguesias, nos municípios e nas regiões administrativas, enquanto pilares fundamentais do Estado de Direito Democrático, com autonomia administrativa e financeira própria e específica, em consonância com uma moderna repartição de funções entre as Administrações Central e Local, tal como acontece nos demais países que apostam na descentralização;*
- 2. a descentralização da Administração Pública - algumas vezes tentada, como com a aprovação da Lei-quadro das Regiões Administrativas, mas sempre adiada, com reconhecidos prejuízos para os territórios e para os cidadãos - constituirá o terceiro pilar em falta no triângulo do Poder Local constitucional, o pilar intermédio de ligação entre os dois níveis de administração pública já existentes (Administração Central e Administração Municipal): As Regiões Administrativas do Continente;*
- 3. a obra realizada ao serviço das populações nos últimos 40 anos pelo Poder Local - Freguesias e Municípios - e o papel relevante dos trabalhadores das autarquias na execução da mesma constitui uma realidade reconhecida pelos cidadãos de todos os quadrantes políticos e em todo o território nacional, quer pelo seu contributo no consolidar das novas instituições democráticas quer pela notável contribuição que deu para a efetiva melhoria da qualidade de vida das populações, nas transformações sociais, culturais, económicas e ambientais das comunidades, e na valorização, promoção e proteção do território;*
- 4. o Poder Local é o primeiro degrau da democracia. São as eleições para o Poder Local que contam com maior participação das populações. Poder Local é sinónimo de democracia representativa e também de democracia participativa que importa aprofundar mais;*
- 5. o Povo Alentejano há muito que manifesta a sua vontade de ver criadas as Regiões Administrativas enquanto instrumento de apoio ao desenvolvimento regional, reclamando a sua instituição repetidamente, tanto através dos seus legítimos representantes locais e dos mais representativos agentes económicos, sociais e culturais, como em múltiplos fóruns, como os dos participados, plurais e representativos congressos regionais e movimentos cívicos ("Congressos sobre o Alentejo- Semeando Novos Rumos", o "Movimento do Alentejo pela Regionalização e o Desenvolvimento - MARD" ou o movimento "Alentejo: SIM à Regionalização por Portugal") vontade e reclamação que validou democraticamente com o seu voto no referendo de 8 de Novembro de 1998.*
- 6. Apesar de formalmente extintos os Governos Cívicos dos distritos, subsistem em muitos setores da administração serviços de base territorial distrital, em paralelo com outras e variadas geometrias geográficas, consoante o ministério de que dependem, espelho de uma administração obsoleta a funcionar numa lógica burocraticamente verticalizada; e que, ao invés do atual modelo pulverizado com estruturas desconcentradas do Estado manifestamente ineficazes, a descentralização administrativa, configurando o pilar da autarquia regional,*

Handwritten signature: J. F. F. F. F.

prosseguirá uma estratégia de coesão económica, social e cultural para todo o território, integrando e coordenando serviços - moderna, participada, democrática, representativa, plural e transparente - visando a aproximação dos cidadãos à administração e a redução das assimetrias regionais.

O Congresso AMAgentejo declara:

a) o empenho e determinação de AMAgentejo em prosseguir a ação na defesa, valorização e aprofundamento do Poder Local Democrático reclamando de todas as instituições o cabal respeito pela sua autonomia administrativa e financeira.

O Congresso AMAgentejo declara:

b) 40 anos depois é tempo de procurar novas formas que conduzam ao cumprimento dos princípios fundamentais da Constituição da República. É tempo de trabalhar para dar início a um o processo que conduza à imprescindível e inadiável reforma do Estado e da Administração Pública, nos termos perspetivados na Constituição da República. Processo que conduza à descentralização/desconcentração da Administração Central, para níveis territoriais adequados, que respeite e fortaleça o Poder Local e abra caminho à criação e instituição das Regiões Administrativas do Continente.

O Congresso AMAgentejo declara

c) a criação da Comunidade Regional do Alentejo como a solução transitória mais adequada e capaz de contribuir para esse processo até à efetiva criação e instituição das Regiões Administrativas, com os seus órgãos representativos eleitos direta e democraticamente pelo Povo, como consagra a Lei Fundamental do País.

d) a criação da Comunidade Regional do Alentejo não pretende substituir a regionalização nem definir qualquer modelo para a mesma. Pretende apenas, com ganhos para a democracia e para as populações, sem custos financeiros para os contribuintes nem impactos no Orçamento de Estado, substituir a administração regional desconcentrada existente, por um moderno PODER LOCAL REGIONAL, DEMOCRÁTICO, PARTICIPADO, REPRESENTATIVO, PLURAL E TRANSPARENTE;

e) a criação da Comunidade Regional do Alentejo constituirá um passo importante, um passo intermédio, que contribuirá para minimizar a situação anómala existente na organização democrática do Estado em matéria de Poder Regional, um passo que, acima de todos os legítimos interesses partidários, deve mobilizar todas e todos os que amam o Alentejo.

O Congresso AMAgentejo declara que:

f) a criação da Comunidade Regional do Alentejo, constitui uma via que, no respeito pela Constituição da República, cria um novo patamar de intervenção do Poder Local, num nível territorial mais consentâneo com a realidade e necessidades do Alentejo, que deve contribuir para a modernização do Estado, que articule com os demais níveis da administração, que integre e coordene serviços, implantado racionalmente em todo o território da região, promotor do equilíbrio da presença dos serviços públicos nos diversos centros urbanos estruturantes. Um Poder Local de base regional eleito pelo voto dos mais próximos representantes do Povo, por estes dirigido, que represente e defenda os interesses e aspirações de todo o Alentejo junto da Administração Central e das instâncias europeias até à criação e instituição das Regiões Administrativas do Continente.

g) a criação da Comunidade Regional do Alentejo deve abrir espaço a uma participação efetiva dos Municípios através de um Modelo Orgânico que tenha em consideração o Quadro Legislativo atual sobre o Associativismo Municipal, nomeadamente: as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais (CIM's). O Modelo deve, ainda, tendo em consideração o Princípio da Subsidiariedade, permitir a integração de competências delegadas pela Administração Central que sejam consideradas importantes para o adequado desenvolvimento do território regional. Deve consagrar, também, um espaço de intervenção das estruturas desconcentradas da Administração Central e de um conjunto de organizações económicas, sociais e culturais regionais no âmbito de um Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Regional. Uma participação mais abrangente em que cabe uma nova capacidade de

Handwritten signature

intervenção quanto ao controlo, acompanhamento e gestão dos fundos comunitários, à elaboração de instrumentos de planeamento, ordenamento e desenvolvimento e à gestão de recursos naturais.

h) a Comunidade Regional do Alentejo combinando descentralização e desconcentração, deverá assumir competências da atual CCDRA, de algumas estruturas desconcentradas e outras que possam ser contratualizadas com a Administração Central. Como forma de evitar a desnecessária duplicação de estruturas deve a administração Central transferir para a Comunidade Regional toda a estrutura da CCDRA e de outras estruturas desconcentradas cujas atribuições sejam transferidas para a Comunidade Regional do Alentejo.

O Congresso AMAgentejo declara:

i) a Comunidade Regional do Alentejo deve ter personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e órgãos com capacidade e poder efetivo para representar e dirigir o Alentejo no âmbito das suas competências, até à criação e instituição das Regiões Administrativas tal como está consagrado na Constituição da República.

j) Declara que, em todas as eleições deve ser aplicado o método de Hondt por ser este o método que melhor garante a democraticidade, representatividade, pluralidade, colegialidade, e transparência do poder regional que o Alentejo precisa até à criação e instituição das Regiões Administrativas do Continente.

l) a criação da Comunidade Regional do Alentejo, constituindo um reforço para o Poder Local, será sempre um reforço da própria Democracia.

O Congresso AMAgentejo declara:

m) que a Comissão Promotora de AMAgentejo, dando expressão à vontade e determinação dos participantes no Congresso, apresente na Assembleia da República ao abrigo do artigo 167.º da Constituição (permite que grupos de cidadãos eleitores possam apresentar projetos de lei e participar no procedimento legislativo a que derem origem) um Projeto de Lei, de iniciativa popular, que crie a Comunidade Regional do Alentejo de acordo como espírito da presente Declaração;

n) ser tempo de AMAgentejo, Alentejo em movimento, passar a movimento pela regionalização e desenvolvimento do Alentejo assumindo a continuidade da luta pela criação e instituição das Regiões Administrativas.

O Congresso AMAgentejo declara

o) a necessidade de se considerar o retomar os Congressos sobre o Alentejo, o seu espírito construtivo, aberto, democrático, representativo e plural, semeador de novos rumos, fator de unidade e coesão identitária e territorial, tendo presente os princípios aprovados no Congresso Alentejo XXI (XIII Congresso sobre o Alentejo) os quais deverão passar a ser Congressos AMAgentejo cuja primeira edição deve ser considerada a do Congresso AMAgentejo que hoje realizamos.

p) o Alentejo tem futuro. Está nas mãos de todas e todos os que amam o Alentejo fazer para que assim aconteça.

É O AMOR AO ALENTEJO QUE NOS UNE E MOTIVA

VIVA O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

VIVA A REGIONALIZAÇÃO

VIVA A COMUNIDADE REGIONAL DO ALENTEJO

VIVA PORTUGAL”

Intervio seguidamente o Senhor Vereador Henrique Lopes referindo-se ao documento do AMAgentejo. Considera que é um documento muito ideológico, muito formatado, muito enraizado, revelando algum desequilíbrio na discussão sobre esta questão.

Comemorações dos 40 anos do Poder Local Democrático e da Constituição da República Portuguesa

Intervio novamente a Senhora Presidente referindo que a Câmara Municipal de Montemor vai comemorar os 40 anos do poder Local Democrático e da Constituição da República Portuguesa (1976-2016) com um programa que integra várias iniciativas a decorrer ao longo do ano,

destacando-se, entre outras atividades: uma Exposição sobre os 40 anos de Constituição|40 anos do Poder Local Democrático, a participação na Conferência "O Poder Local Democrático e a CRP", promovida pela CIMAC, que decorrerá no Auditório Universidade Évora (colégio Espírito Santo) no dia 30 maio, a promoção de um Espetáculo dirigido à Comunidade Escolar e a realização de uma Sessão Solene da Assembleia Municipal, no dia 16 de dezembro de 2016.

Interveio novamente o Senhor Vereador Henrique Lopes referindo-se à Exposição dos 40 Anos do Poder Local Democrático, espera que seja de âmbito Nacional para melhor espelhar a realidade do País.

Retomou a palavra a Senhora Presidente referindo-se à Exposição e dizendo que a ideia é apresentar uma introdução ao tema, de forma mais genérica e depois então, apresentar questões mais concretas alusivas a cada local.

Comemorações do 42º aniversário do 25 de abril

Continuando no uso da palavra a Senhora Presidente informou que para assinalar o 42º aniversário do 25 de abril, a Câmara Municipal preparou um Programa de Comemorações, do qual se destaca, no dia 23 de Abril, o Dia Aberto e Inauguração do Aeródromo da Amendoeira; no dia 24 de Abril, às 22.00, a Peça "*Levantei-me do Chão*", de Carlos Marques, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Faria, seguida da tradicional Arruada pelas ruas da Cidade, com a Banda da Sociedade "Carlista". No dia 25 de Abril, terá lugar às 09.00, a cerimónia de Hastear das Bandeiras, com a participação da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo, seguida de Pintura Mural – "Os Cravos de Abril", atividade dinamizada pela Oficina da Criança, no Parque Urbano. A XXXVI Estafeta da Liberdade terá início em Santa Sofia e chegada prevista ao Parque Urbano, cerca das 11,15h. A encerrar este dia, às 17,30 h, terá lugar o Espetáculo Comemorativo do 25 de Abril com os GAITEIROS DE LISBOA – SEXTETO, no Cine - Teatro Curvo Semedo.

De novo no uso da palavra o Senhor Vereador Henrique Lopes disse considerar que as Comemorações do 25 de Abril têm uma boa programação e são muito importantes em prol do vigor democrático.

Apresentação do ponto de situação da revisão do PDM

Retomou a palavra a Senhora Presidente referindo que está a decorrer a revisão do PDM e a elaboração de estratégia de desenvolvimento para o Concelho no horizonte 2025. No dia 1 de abril, em reunião de Assembleia Municipal extraordinária, foi apresentado o ponto de situação dos trabalhos em curso. Os trabalhos irão prosseguir com a apresentação de proposta de estratégia de desenvolvimento, ao nível dos objetivos e domínios de intervenção, bem como dos programas de atuação. Será feita uma apresentação aos trabalhadores da Câmara Municipal, motivando também a sua participação e recolha de contributos. Neste âmbito, deu a palavra à técnica Rita Dionísio para apresentar o documento.

Interveio seguidamente a Senhora Vereadora Carmem Carvalheira questionando se tem havido muitas sugestões e de que forma é que as pessoas as podem fazer chegar à Câmara. No caso das Freguesias, questiona se também têm sido contactadas e informadas para apresentação de contributos.

Disse a Senhora Presidente que foi criado um período de atendimento técnico, na Câmara Municipal, em que as pessoas vêm colocar as suas dúvidas e sugestões, são recebidos pela Dra. Rita Dionísio, que regista e analisa todas as questões; posteriormente são elaborados relatórios. Relativamente às freguesias foram feitos inquéritos e com base nessa informação foi possível sinalizar situações muito específicas de cada uma. Referiu ainda que a informação disponível pode ser consultada no site da Câmara, onde existe espaço para apresentação de contributos, até à fase de encerramento da discussão pública; a partir daí segue-se a fase de introdução das propostas aceites. Tomou seguidamente a palavra o Senhor Vereador Olímpio Galvão questionando, em relação à apresentação do PDM que foi apresentada na Assembleia Municipal, sobre a necessidade da apresentação *à pressa*, uma vez que não passou pela Câmara Municipal, tendo o Relatório sido enviado apenas com 48 horas de antecedência, o que não foi suficiente para analisar devidamente o documento.



De novo no uso da palavra a Senhora Presidente disse que esta questão surgiu no sentido de se poder alargar o período da discussão do documento, porque se fosse só na próxima Assembleia Municipal, no final de abril, perdíamos cerca de um mês. Mais disse tratar-se de um momento intermédio havendo ainda tempo para a apresentação de propostas que beneficiem o PDM.

Voto de Congratulação – Pedro Duarte Mariano

Interveio novamente o Senhor Vereador Olímpio Galvão propondo um Voto de Congratulação ao montemorense Pedro Duarte Mariano, Diretor Técnico da Escola de Equitação Equimor, pelo Prémio obtido, ao consagrar-se Campeão Nacional de Concurso Completo de Equitação.

Todo o executivo manifestou concordância com o envio do referido Voto de Congratulação.

ORDEM DE TRABALHOS

1. AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

A) Processos de Licenciamento, Requerimentos e Diversos

No âmbito do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, fazendo uso da palavra a Senhora Vereadora Palmira Catarro, submeteu à consideração do Executivo os seguintes processos:

Processos de Licenciamento

De: SOCIEDADE NACIONAL RÚSTICA, requerendo aprovação do projeto de arquitetura para a construção de duas lagoas de retenção para o efluente pecuário produzido num telheiro de bovinicultura de leite, instalado na Herdade das Pedras Alvas, sita na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Rui Miguel Lopes Rosa, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 2014/12/30, 2015/01/28, 2015/05/07, 2016/02/05

Tem parecer da G.U. e Ambiente, APA. DRAPAL

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: SÓNIA SEVERINE PERNOT BARRENHO e MANUELLA ROSA PERNOT BARRENHO, requerendo aprovação do projeto de arquitetura e licenciamento da alteração de uso de comércio para habitação, das frações “A” e “B” do prédio urbano sito na Rua Eça de Queiroz, n.º 10 e 12 (Loteamento Municipal da Courela da Pedreira, lote 32), na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Ana Sofia Ferreira Veiga, arquiteta.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/07

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: RICARDO FILIPE SOARES DA SILVA, requerendo aprovação do projeto de legalização da construção de vedação e abertura de caminho levados a efeito no prédio rústico denominado Fazenda das Campas e Fazenda do Picaró, sito na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras, tendo como técnico responsável Nuno Grenha, arquiteto.

Data de entrada do requerimento: 2015/10/23 e 2016/03/11

Tem parecer da G.U. e Ambiente, CCDR, ICNF, e ARH, IP

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

De: JAN FOKKE ANEMA, requerendo aprovação do projeto de estabilidade e licenciamento da obra de alteração e ampliação da placa de armazenamento de estrume, construção de alpendre e

arrecadação, na Courela da Ponte Velha, em Lavre, na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre, tendo com técnico responsável Carlos Miguel Brejo Barreiros, engenheiro civil.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/15

Tem parecer da G.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido processo de acordo com o parecer dos serviços.

Requerimentos

De: ACLD – ASSOCIAÇÃO CULTURAL LAVRE DINÂMICO, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Provisório para a realização de um “Baile” no Celeiro da Cooperativa Agrícola, sito na Rua Bernardino Machado, em Lavre.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/16

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU de 2016/03/18: “Concordo. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: ACLD – ASSOCIAÇÃO TERRA DE CEAREIROS, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Provisório para a realização de um “Baile/animação musical” no Centro Cultural de Foros de Vale de Figueira.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/16

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU de 2016/03/22: “Concordo. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: CASA DE CULTURA E RECREIO DO CIBORRO, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Provisório para a realização de um “Baile” no Salão da Casa de Cultura e Recreio do Ciborro.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/18

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU de 2016/03/23: “Concordo. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTEMOR-O-NOVO, requerendo isenção do pagamento de taxas referente à emissão da Licença Especial de Ruído e Licença de Recinto Provisório para a realização de “Noite de Fados” no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/16

Tem parecer da G.U.

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU de 2016/03/23: “Concordo. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA “A ALENTEJANA”CRL, requerendo isenção do pagamento de taxas referente ao fornecimento de 2 bigbags para recolha de RCD

resultantes de obras (demolição de parede interior) no prédio sito na Rua da Boa Esperança, n.º 14, na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/02

Tem parecer do Ambiente

(Ratificação do despacho da Srª Presidente da Câmara, de 2016/03/20: “Concordo. Informe-se o requerente. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: COOPERATIVA CAMINHOS DO FUTURO – COOPERATIVA COMERCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS DE MONTEMOR-O-NOVO, requerendo isenção do pagamento de taxas referente ao fornecimento de 3 bigbags para recolha de RCD resultantes de obras realizadas nas suas instalações no prédio sito nas Fontainhas, na União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.

Data de entrada do requerimento: 2016/03/18

Tem parecer do Ambiente

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU, de 2016/03/29: “Concordo. Apresente-se a Reunião de Câmara para ratificação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

De: ICNF – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, requerendo parecer de enquadramento no PDM e informação quanto às condicionantes legais aplicáveis no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios sobre arborização com eucalipto no prédio rústico denominado Herdade de Monte dos Frades, sito na União de Freguesias de Cortiçadas de Lavre e Lavre.

Data de entrada do requerimento: 2016/02/26

Tem parecer do Ambiente

(Ratificação do despacho da Srª Vereadora da DAOTU, de 2016/03/22: “Concordo. Proceda-se de acordo com a presente comunicação”).

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho da Senhora Vereadora Palmira Catarro.

Diversos

Proposta de abertura dos procedimentos de revisão integral do Programa Mor Solidário (proposta conjunta da DSC/DAOTU)

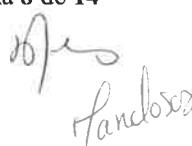
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de abertura dos procedimentos de revisão dos regulamentos específicos dos Eixos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Programa Mor Solidário, bem como da elaboração de um novo Eixo 7, nos termos da informação dos serviços, designando como Responsável pela direção de cada procedimento, com poderes de subdelegação, a Srª Presidente da Câmara Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, de acordo com o artigo 55º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

Proposta de abertura do procedimento de elaboração do Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor-o-Novo.

Intervio seguidamente a Senhora Vereadora Carmem Carvalheira sugerindo que o documento contemple a salvaguarda de que vai ser feita consulta a todos os interessados e entidades, como por exemplo os Bombeiros para assegurar a certificação dos Planos de Emergências.

Tomou seguidamente a palavra a Senhora Presidente referindo que pode-se acrescentar na deliberação a seguinte alteração: “...Montemor-o-Novo, incluir durante o procedimento, consulta às entidades legais com intervenção nesta área, designando...”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar proposta de a abertura do procedimento de elaboração do Plano de Acessibilidade e Mobilidade da Cidade de Montemor-o-



Novo e incluir durante o procedimento, consulta às entidades legais com intervenção nesta área designando como Responsável pela direção do procedimento, com poderes de subdelegação, a Sr^a Presidente da Câmara Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, de acordo com o artigo 55º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

Proposta de abertura dos procedimentos de elaboração das Operações de Reabilitação Urbana (ORU's) para as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) do Castelo e Arrabalde, de S. Pedro e da Avenida e Antigo Campo da Feira.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de abertura dos procedimentos de elaboração das ORU's, para as ARU's do Castelo e Arrabalde, de S. Pedro e da Avenida e Antigo Campo da Feira, nos termos do documento anexo, todas com um período de implementação de 15 anos e designando como Responsável pela direção de cada um dos 3 procedimentos, com poderes de subdelegação, a Sr^a Presidente da Câmara Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, de acordo com o artigo 55º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

2. APOIO OPERACIONAL, OBRAS, ÁGUAS E SANEAMENTO

A) Empreitada de “Pista de Atletismo – Parque Desportivo Municipal – 2ª Fase” – Revisão de Preços Provisória

Interveio seguidamente o Senhor Vereador António Pinetra submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Submete-se à Reunião de Câmara a aprovação do cálculo provisório do Valor da Revisão de Preços da empreitada em epígrafe (quadros resumo em anexo), referente aos trabalhos executados pelo ACE CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A. / MONDO PROTUGAL, S.A.

Revisão de Preços provisória _____ 0,00€.

Total: Zero euros.

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro.

Foram cumpridas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.”

Os referidos quadros foram rubricados por todos os eleitos presentes na reunião, na qual e nos termos da Lei aqui se dão por integralmente transcritos, ficando apensos aos documentos da presente ata.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta Revisão de Preços Provisória, referente à empreitada mencionada em epígrafe.

3. SÓCIO CULTURAL

A) Proposta de atribuição de subsídio/alunos carenciados – Centro Lúdico Escolar “Saber Crescer” – Setembro a Dezembro de 2015

Interveio de novo a Senhora Presidente, submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovado em Reunião de Câmara de 23 de Dezembro de 2008, uma adenda a aplicar a partir do ano letivo 2009/10, ao protocolo de parceria que regulamenta o funcionamento dos Centros Lúdicos Escolares do concelho.

Com base no artigo 5º, pontos 1, 2 e 5, solicita-se que seja atribuído o número de compromisso para ser processada a verba de 3.760,00 € (três mil, setecentos e sessenta euros) ao Centro Lúdico Escolar “Saber Crescer” que corresponde ao apoio a 23 crianças do Escalão A x 40,00 €/mês x 4 meses (set a dez'15) = 3.680,00 € e a 1 criança do Escalão B x 20,00 €/mês x 4 meses (set a dez'15) = 80,00 €.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de subsídio.

[Assinatura]
[Assinatura]

B) Proposta de atribuição de subsídio/alunos carenciados – Centro Lúdico das Silveiras – Setembro a Dezembro de 2015

De novo no uso da palavra a Senhora Presidente apresentou a seguinte proposta:

“Com o objetivo de apoiar as famílias com dificuldades socioeconómicas, através de uma política de maior intervenção e participação e atendendo às atuais competências dos municípios, no domínio da ação social escolar, foi aprovado em Reunião de Câmara de 23 de Dezembro de 2008, uma adenda a aplicar a partir do ano 2009, ao protocolo de parceria que regulamenta o funcionamento dos Centros Lúdicos Escolares do concelho.

Com base no artigo 5º, pontos 1, 2 e 5 da referida adenda, solicita-se que seja processada à Associação de Solidariedade Social de Silveiras a verba de 960,00 € (novecentos e sessenta euros), que corresponde ao apoio nos meses de setembro a dezembro de 2015 para 6 crianças do Escalão A x 40,00 €/mês x 4 meses: 960,00 €.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de atribuição de subsídio. A Senhora Presidente não participou na discussão e votação deste ponto, por impedimento legal, previsto no n.º 6 do artigo 55º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

C) Proposta de Pagamento de Transportes Escolares – Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre – 1º período/Ano letivo 2015/16

Retomou a palavra a Senhora Presidente para apresentar a seguinte proposta:

“De acordo com os Protocolos de Colaboração estabelecidos com as Juntas de Freguesia do concelho para os Transportes Escolares, aprovados pelos órgãos competentes, propõe-se o pagamento às seguintes Juntas de Freguesia relativo ao 1º Período do Ano Letivo 2015/2016:

Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre – circuito Cortiçadas de Lavre (compromisso 4 597/15)

Percurso Total.....11 403 Kms

Valor a Pagar..... 5 701,50 Euros

Valor a Pagar.....5 032,00 Euros (compromisso 4 597/15)

Atendendo a que o número de compromisso só tem disponível 5 032,00 €,será necessário atribuir um novo número ou reforçar o número de compromisso com o valor em falta: 669,50 € (seiscentos e sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos).”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta de pagamento.

D) Proposta de atribuição de subsídio – Associação Cultural Theatron – Apoio para Oficina de Teatro nas Freguesias – Foros de Vale de Figueira, S. Cristóvão e Cíborro

Interveio novamente a Senhora Presidente, submetendo à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“No âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo (Entidades e Organismos, Legalmente Existentes, e a Atividades de Interesse Municipal) sem fins Lucrativos, publicado no Diário da República a 8 de novembro de 2005 no Aviso n.º 7440/2005 (2ª série) página 56 e seguintes, propõe-se que nos termos a alínea b) do n.º 2 do art.º 27º dos Critérios de Apoio ao Movimento Associativo, seja atribuído um subsídio à Associação Cultural Theatron, para apoio à Oficina de Teatro realizada nas freguesias de Foros de Vale Figueira, Cíborro e S. Cristóvão, referente aos meses de Março a Julho 2015, no valor total de 1243,00 € (mil duzentos e quarenta e três euros) de acordo com as tabelas mensal abaixo sintetizadas, após verificação, pela DAGF, dos fundos disponíveis.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de atribuição de subsídio.

4. ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA

A) Fornecimento contínuo de gasóleo a granel – Abertura de Procedimento

Tomou novamente a palavra a Senhora Presidente para apresentar a seguinte proposta:

“Na sequência da aprovação pelo órgão executivo, em 24 de fevereiro de 2016, do Relatório Final do júri do concurso público n.º 1/2016, referente ao fornecimento contínuo de gasóleo a granel e da deliberação de adjudicação à entidade RIBATESTE – Combustíveis do Ribatejo e do Oeste, Lda., foi esta notificada para que, num prazo máximo de dez dias úteis, procedesse à apresentação dos documentos de habilitação previstos no art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos e solicitados no ponto 15 do programa de concurso.

Passado o prazo previsto no parágrafo anterior e não tendo sido apresentados quaisquer dos documentos referidos deve o adjudicatário ser notificado, em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 86.º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se que em sede de audiência prévia apresente, por escrito e num prazo máximo de cinco dias úteis, as razões que concorreram para a não apresentação dos já referidos documentos.”

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

5. PROPOSTA DE MOÇÃO PELA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HOSPITAL PÚBLICO DE ÉVORA

De novo no uso da palavra a Senhora Presidente submeteu à consideração do Executivo a seguinte proposta:

“Considerando que:

A construção de um novo Hospital Central Público de Évora (HCPE) é desde há muito uma reivindicação e uma necessidade da população de todo o Distrito de Évora;

Embora o Hospital do Espírito Santo em Évora (HESE) sirva todo o Alentejo, as instalações são exíguas e não conseguem dar resposta às necessidades de uma população de 500.000 habitantes;

Não é possível assegurar aos utentes a prestação dos cuidados de saúde e a melhoria das condições de vida a que tem direito sem garantir uma rede de serviços públicos de saúde devidamente distribuídos pelo território e articulados entre si;

Essa rede não estará garantida enquanto não for construído o novo Hospital Central Público de Évora;

Foi apresentado, na Assembleia da República (AR), no dia 19 de Janeiro de 2016, pelo Grupo Parlamentar do PCP, um Projeto de Resolução defendendo novamente a construção do novo Hospital Central Público de Évora (HCPE), há muito reivindicado pelas populações do Alentejo;

O Projeto de Resolução foi aprovado por maioria com os votos contra das bancadas parlamentares do PSD e do CDS-PP;

Propõe-se que:

A Câmara Municipal aprove Moção em Defesa da Construção de Um Novo Hospital Central Público em Évora, nos termos da proposta anexa.

MOÇÃO

O PCP apresentou, na Assembleia da República (AR), no dia 19 de Janeiro de 2016, um Projeto de Resolução, defendendo novamente a construção do novo Hospital Central Público de Évora (HCPE), há muito reivindicado pelas populações do Alentejo, o Projeto de Resolução foi aprovado por maioria com os votos contra das bancadas parlamentares do PSD e do CDS-PP.

Após sucessivos adiamentos da construção do novo Hospital, a situação a que se chegou no Hospital Espírito Santo de Évora (HESE) é insustentável, bem como as exíguas instalações hoje já não conseguem dar respostas adequadas aos seus utentes. Trata-se de um Hospital que funciona em dois edifícios distintos, separados por uma via rodoviária, entre muitas outras causas, chegou-se a esta situação pelos diversos adiamentos da construção de um novo edifício.

Trata-se de um Hospital Central que serve todo o Alentejo, abrangendo uma população de cerca de 500.000 habitantes e com uma carteira de serviços e valências definida por referência ao que está estabelecido para os hospitais centrais. Mas a verdade é que o Hospital do Espírito Santo de Évora (HESE) tem atualmente inúmeras dificuldades, desde recursos humanos à capacidade de resposta aos diferentes tipos de solicitações, o que evidencia a necessidade de construção do novo Hospital.

As dificuldades que resultam do insuficiente numero de salas de bloco operatório, que se refletem nas várias especialidades cirúrgicas. As dificuldades que resultam de não se poder aumentar o espaço nas urgências, de não haver espaço para outras especialidades próprias de um hospital central, nomeadamente as especialidades de cirurgia vascular e neurocirurgia, a impossibilidade de se aumentar o número de camas na Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, são outros dos problemas que evidenciam a necessidade de construir o novo hospital. Acresce a estas razões alguns problemas de segurança, nomeadamente em caso de incêndio, persiste um risco elevado que só um novo Hospital resolverá. O historial de adiamentos é longo e com muitas frases tristes para justificar os sucessivos adiamentos.

O direito à saúde das populações do Alentejo merece mais respeito!

Não é possível assegurar aos utentes a prestação dos cuidados de saúde e a melhoria das condições de vida a que tem direito sem garantir uma rede de serviços públicos de saúde devidamente distribuídos pelo território e articulados entre si. Essa rede não estará garantida enquanto não for construído o novo Hospital Central Publico de Évora.

A construção integral do novo HCPE está orçamentada em 100 milhões de euros, o que corresponde a cerca de dois anos de orçamento de funcionamento nas atuais instalações, lembrar que entre 2011 e 2015, o governo PSD/CDS-PP negou a construção do novo HCPE mas financiou com muitos milhões de euros novas Parecerias Publicas ou Privadas (PPP) para a construção de novos hospitais privados. A aprovação da recomendação ao Governo e a inscrição desta obra no Orçamento de Estado para 2016, é apenas um passo, devemos assumir todos uma postura de exigência para que a obra não fique pelos estudos, mas exigirmos que a obra na verdade arranque já em 2016.

Face ao exposto a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em 23 de março de 2016 delibera:

1.ª Saudar a luta das populações do distrito na defesa da construção do novo Hospital Central Publico em Évora, bem como dos diversos movimentos de utentes os quais muito contribuíram na mobilização das populações.

2.ª Devem ser mantidos o projeto e o modelo de financiamento proposto pelo Conselho de Administração do HESE.

3.ª Sejam transferidos pelo Governo, para o HESE as verbas necessárias à construção do novo HCPE, assegurando o seu financiamento sem dependência do faseamento da construção de forma a evitar novas interrupções e adiamentos do processo..”

Seguidamente disse o Senhor Vereador Olímpio Galvão que os eleitos do PS, estariam de acordo com esta Moção, se a mesma contemplasse o Projeto de Lei apresentado na Assembleia da República, no passado dia 3 de fevereiro de 2016, pelo deputado Norberto Patinho, sobre a mesma questão, assim, se a Câmara considerar incluir esta referência os eleitos do PS votam favorável a referida proposta.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com a inclusão de um 2º parágrafo com a seguinte redação:

"O grupo parlamentar do Partido Socialista apresentou no dia 3 de fevereiro de 2016 na Comissão Parlamentar de Saúde o Projeto de Resolução nº 116/XIII, através do qual, se propõe à Assembleia da República que, nos termos da Constituição da República, recomende ao Governo que retome o processo de construção do Novo Hospital Central de Évora, de modo a assegurar às populações da Região os cuidados de saúde que necessitam e a que têm direito. Este Projeto de Resolução foi aprovado, sem os votos favoráveis das bancadas parlamentares do PSD e CDS."

6. PROPOSTA DE ATAS Nº01 DE 13/01/2016, Nº02 DE 27/01/2016 E Nº 03 DE 11/02/2016

PROPOSTA DE ATA NÚMERO UM, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA TREZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASEIS

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta

Handwritten signature: J. Carlos

e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

PROPOSTA DE ATA NÚMERO DOIS, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZASEIS

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

PROPOSTA DE ATA NÚMERO TRÊS, REFERENTE À REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASEIS

Tendo o texto da Ata em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida Ata foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

7. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES

No período reservado ao atendimento de munícipes, compareceram em representação do Clube de Ténis de Montemor-o-Novo, as Senhoras Cristina Reis e Dora Reis, enquanto membros da nova Direção do Clube de Ténis, que tomou posse recentemente. Referiu a D. Cristina Reis que esta é uma nova direção, com pessoas mais novas, com outra dinâmica e vontade para dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos anos. Salientou que o Clube, este ano, faz precisamente 30 anos. No âmbito das Comemorações, vão atribuir diplomas aos sócios mais antigos. São comemorações modestas mas com grande significado. Deixa o convite à Câmara.

Disse também que vão dar início a obras para realização de um novo campo, para uma nova modalidade, no entanto, pese embora seja uma estrutura metálica e não tendo betão, necessita igualmente de licenciamento. Questiona sobre a possibilidade de alguma celeridade no processo, por parte da Câmara, de modo a que possam avançar com a obra o mais breve possível.

Disse também que vão fazer chegar à Câmara o pedido de apoio para as iniciativas que irão decorrer brevemente, tal como tem sido habitual. Solicitou ainda o apoio da Câmara, com a possibilidade de abate das árvores que se encontram na zona do Clube de Ténis e da Piscina Municipal. Mais disse que as raízes das mesmas danificam gravemente o pavimento, não só do Clube de Ténis mas também a estrutura da Piscina, razão pela qual solicita o apoio da Câmara nesta questão. Disse ainda a D. Dora Reis que as árvores provocam também problemas respiratórios aos atletas, com a questão do pólen que produzem, dificultando a respiração dos mesmos.

Disse ainda a D. Cristina Reis que irão realizar mais um torneio, para o qual gostariam de poder contar também com o apoio da Câmara na disponibilização das refeições na cantina escolar, tal como no ano transato, pois os atletas e equipas técnicas elogiaram muito as refeições ali confeccionadas.



Tomou seguidamente a palavra a Senhora Presidente para agradecer a presença, felicitar a nova direção e reforçar a disponibilidade para dar continuidade aos apoios que têm sido atribuídos por parte da Câmara, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido por este Clube em prol do desporto e do nome de Montemor-o-Novo, na esfera Nacional, com a participação de atletas montemorenses nas mais diversas competições nesta modalidade.

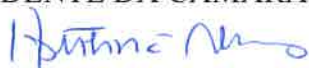
Seguidamente todo o executivo felicitou a nova direção do Clube de Ténis, referindo que por parte da Câmara continuarão a apoiar dentro das possibilidades da Autarquia.

Aprovação da ata em minuta

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra de dois mil e treze, de doze de Setembro, na sua atual redação.

E eu, Mónica da Conceição Tregeira Coelho Cardoso, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



A ASSISTENTE TÉCNICA

